

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/11/2021 a 30/11/2021

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/3

134.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021-
CD 14:12

Publ.: DCD - 10/11/2021 - LUIS MIRANDA-DEM -DF
157

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu estou observando todos - de ambos os lados - aqui muito preocupados com a população, dizendo o que é bom e o que é ruim para o povo brasileiro. Acontece que até agora eu não vi ninguém defendendo o óbvio, que é uma reforma tributária.

Eu não sei se o Senado quer fazer a reforma tributária, mas acho que esta Casa, a Câmara dos Deputados, não pode furtar-se à sua responsabilidade de avocar uma das PECs para o Plenário, e votarmos uma reforma tributária que reduza a carga tributária sobre o consumo, sobre os produtos, sobre a cesta básica, o absurdo a que chegou. Nós precisamos devolver o poder de compra para o assalariado, para o mais pobre. É um absurdo pensarmos que chegamos a um nível em que com o salário que as pessoas recebiam há 2 anos elas compram a metade com o mesmo dinheiro hoje.

Presidente, vejo aqui que dos dois lados - quem é a favor e quem é contra a PEC dos Precatórios - a narrativa é sempre a mesma: defender o povo brasileiro, o povo mais pobre, o impacto que isso vai ter na inflação, o impacto que isso vai ter nos investidores, mas estamos esquecendo que o pilar de uma democracia, o que faz o Estado dar certo é ter um sistema tributário justo, um sistema tributário que funciona, que entrega valor para o trabalhador, que entrega valor para a população.

Então, Presidente, peço encarecidamente a V.Exa. que avoque para



este plenário a reforma tributária, que possamos votar a redução dos impostos neste País, que possamos redistribuir para aqueles que não pagam. Já que estamos falando de combater quem mama o dinheiro do povo, vamos fazer isso com uma reforma tributária, devolvendo poder de compra, geração de empregos e crescimento econômico. É isso que eu lhe peço.

Na verdade, votei em V.Exa. para Presidente desta Casa, porque V.Exa. colocou na mesa que a reforma tributária seria prioridade desta Casa. Se cuidarmos da reforma tributária, V.Exa. terá meu apoio em todas as demais votações, porque, essa sim, é a reforma que fará diferença para o povo brasileiro. Ela vai gerar emprego, crescimento econômico, vai trazer investimento de fora, dando poder de compra para a nossa moeda, fazendo com que o dólar caia, com que a gasolina caia, fazendo com que o povo brasileiro seja respeitado.

Presidente, esse é o pedido que faço. Vamos trazer a reforma tributária para este plenário o quanto antes. V.Exa. vai ver que a população brasileira inteira estará conosco nessa votação. Depois de aprovada aqui, se o Senado não votar lá, eles que pagarão o preço para com a população.

Obrigado, Presidente.

Documento 2/3

136.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/11/2021-
CD 21:12

Publ.: DCD - 17/11/2021 - PAULO GANIME-NOVO -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Não geração de novos empregos no País pela Medida Provisória nº 1.058, de 2021, sobre a criação do Ministério do Trabalho e Previdência. Não desenvolvimento do cooperativismo brasileiro com a aprovação de requerimento de destaque apresentado à propositura. Defesa de realização das reformas tributária e administrativa. Prejuízos causados à economia brasileira pela Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Estamos votando aqui uma MP, e muita gente está dizendo que ela vai aumentar a oferta de trabalho, que vai aumentar os empregos



disponíveis. Nós sabemos muito bem que não é nada disso. Também não é aprovando esse destaque que vamos melhorar o cooperativismo no Brasil. Não é com funções, cargos, Ministérios ou Secretarias que vamos melhorar a condição de trabalho para os trabalhadores. Nós sabemos muito bem o que é preciso. E o que é preciso, infelizmente, nem este Congresso, nem esse Governo tem aprovado. A reforma tributária não avança, a reforma administrativa não avança. Aprovamos uma PEC dos Precatórios péssima para a economia, que vai diminuir a geração de emprego, que vai tirar investimentos do Brasil. Agora falamos aqui de uma MP para criar o Ministério do Trabalho, como se isso fosse gerar emprego e trabalho.

É preciso gerar, sim, mas com as reformas tão importantes que o Brasil precisa.

Obrigado.

Documento 3/3

148.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 30/11/2021-19:36
Publ.: DCD 01/12/2021 -	VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Elevados gastos do Sistema Único de Saúde - SUS no atendimento a pacientes com doenças associadas ao consumo de bebidas açucaradas. Concessão de benefícios fiscais à indústria de refrigerantes no País. Atribuição ao consumo excessivo de açúcar como causa da obesidade e de doenças crônicas. Apoio do Conselho Nacional de Saúde e do Instituto Nacional de Câncer à tributação de produtos açucarados como medida de promoção da saúde pública.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da TV Câmara e ouvintes da Rádio Câmara, estudo internacional estima que o SUS gaste anualmente R\$ 3 bilhões no cuidado e no atendimento a pacientes com doenças associadas ao



consumo de bebidas açucaradas. O levantamento revela também que 13 mil brasileiros morrem todos os anos em decorrência do problema. Apesar da grave constatação, sucessivas legislações vêm garantindo benefícios fiscais para produtos que fazem mal à saúde.

Trabalho realizado pela Receita Federal em 2016 apurou que 3,8 bilhões de reais deixavam de ser recolhidos anualmente, para favorecer a indústria de refrigerantes. Agora, há outra perspectiva. Pesquisa aponta que 74% dos brasileiros são contra esses incentivos. Além disso, a proposta de reforma tributária abre o debate sobre a possibilidade de uma tributação específica e o fim dos incentivos fiscais para produtos que comprometem a qualidade de vida.

Estudos da Organização Mundial da Saúde destacam o consumo excessivo de açúcar como uma das principais causas da obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, distúrbios cardiovasculares e alguns tipos de câncer. No Brasil, a maioria das pessoas consome 50% mais açúcar do que o recomendado pela OMS.

Órgãos como o Conselho Nacional de Saúde e o Instituto Nacional de Câncer recomendam a tributação sobre bebidas açucaradas como uma maneira custo efetivo de promoção da saúde pública, apoiados por mais de 14 associações médicas de âmbito nacional. A medida chancelada pela OMS é adotada, de várias formas, por mais de 40 países, como Inglaterra, França, Noruega, Finlândia, Portugal, México e Chile.

No Brasil, uma campanha lançada por organizações que defendem a saúde pública vem ganhando força, de forma a garantir que a reforma tributária acabe com os subsídios desses produtos. Chega o momento de o País se posicionar: em prol dos fabricantes, ou a favor da saúde da sua população.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.